

Reinaldo Rossano Alves

DIREITO PROCESSUAL PENAL

8ª edição – revista, atualizada e ampliada.

Atualizado de acordo com as Leis nºs 12.403, de 2011; 12.654 (Identificação Criminal), 12.683 (Lavagem de Capitais), 12.694 (Julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição nos crimes praticados por organizações criminosas e Medidas Assecuratórias) e 12.736 (Detração na Sentença Condenatória), de 2012.

Inclui comentários sobre o Anteprojeto do Código de Processo Penal (PL 8.045/2010).



Niterói, RJ
2013



Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

Projeto Gráfico: Editora Impetus Ltda.

Editoração Eletrônica: C&C Criações e Textos Ltda.

Capa: Lab.d'Des. – Roney Camelo

Revisão de Português: Marcos Roque

Impressão e encadernação: Gráfica e Editora Vozes Ltda.

A739d

Alves, Reinaldo Rossano.

Direito processual penal / Reinaldo Rossano
Alves. – 8.^a ed., rev. atual. e ampl. – Niterói, RJ: Impetus, 2013.

744 p.; 16 x 23 cm.

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978.85.7626.690-7

1. Processo penal – Brasil. I. Título.

CDD – 345.81

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

A Editora Impetus informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução	1
Capítulo 2 – Inquérito Policial (IP)	5
2.1. Início do IP	19
2.2. Indiciamento.....	27
2.3. Identificação Criminal (Leis nºs 12.037/2009 e 12.654/2012).....	30
2.4. Demais Providências.....	34
2.5. Incomunicabilidade do Indiciado.....	38
2.6. Encerramento do IP.....	40
2.7. Arquivamento	45
2.7.1. Razões de arquivamento.....	48
2.7.2. Arquivamento e coisa julgada.....	52
2.7.3. Natureza jurídica da decisão de arquivamento.....	62
2.7.4. Arquivamento em feitos de competência originária.....	63
2.7.5. Espécies de arquivamento.....	67
Capítulo 3 – Ação Penal.....	73
3.1. Ação Penal Pública	78
3.1.1. Ação penal pública incondicionada	83
3.1.2. Ação penal pública condicionada	83
3.1.2.1. Representação.....	83
3.1.2.2. Requisição do Ministro da Justiça.....	93
3.1.3. Denúncia – aspectos principais.....	94
3.2. Ação Penal Privada	100
3.2.1. Espécies de ação penal privada.....	102
3.2.2. Queixa – aspectos principais	103
3.2.3. Posição do MP na ação penal privada.....	107

3.3.	Condições da Ação Penal.....	109
3.4.	Ação Penal nos Crimes contra a Dignidade Sexual (Anteriormente Denominados Crimes contra os Costumes) – os Efeitos da Lei nº 12.015/2009.....	111
3.4.1.	Aplicação da Lei nº 12.015/2009 a crimes cometidos antes de sua vigência.....	117
3.5.	Ação penal nos Crimes contra a Honra Previstos no Código Penal – Lei nº 12.033/2009.....	120
3.6.	Ação Penal nos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006).....	121
Capítulo 4 – Jurisdição e Competência		125
4.1.	Competência por Prerrogativa de Função.....	128
4.1.1.	Competência originária dos tribunais superiores.....	129
4.1.2.	Justiça comum estadual e federal.....	135
4.1.3.	Foro das autoridades locais.....	143
4.1.4.	Premissas.....	146
4.1.5.	Foro de juízes e promotores (aplicação da premissa 5).....	150
4.1.6.	Resumos.....	151
4.1.7.	As consequências da cessação do exercício do cargo.....	153
4.1.8.	Exceção da verdade e foro especial.....	161
4.2.	Outros Critérios de Definição de Competência.....	162
4.2.1.	Da conexão e da continência.....	164
4.2.1.1.	Espécies de conexão e de continência.....	165
4.2.1.2.	Do foro prevalente.....	166
4.2.1.3.	Do desmembramento.....	168
4.3.	<i>Perpetuatio Jurisdictionis</i> (art. 81 do CPP).....	175
4.4.	Crimes Cometidos a Bordo de Navios ou Aeronaves.....	180
4.4.1.	Competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual.....	181
Capítulo 5 – Questões Prejudiciais e Medidas Assecuratórias		185
5.1.	Questões Prejudiciais.....	185
5.1.1.	Classificações.....	185
5.1.2.	Sistemas de solução das questões prejudiciais.....	187
5.1.3.	Sistema brasileiro.....	188
5.1.3.1.	A questão prejudicial devolutiva absoluta – art. 92 do CPP.....	188
5.1.3.2.	A questão prejudicial devolutiva relativa – art. 93 do CPP.....	189

5.2. Medidas Assecuratórias	192
5.2.1. Sequestro.....	193
5.2.2. Especialização da hipoteca legal	196
5.2.3. Arresto.....	199
5.2.4. Da alienação antecipada de bens	202

Capítulo 6 – Sujeitos Processuais203

6.1. Sujeitos Principais.....	203
6.1.1. As partes no processo penal – acusação e defesa.....	203
6.1.2. Ministério Público (Estado-Administração).....	212
6.1.3. O juiz no processo penal.....	219
6.2. O Assistente do Ministério Público.....	221

Capítulo 7 – Processo e Procedimento229

7.1. Espécies de Procedimento.....	230
7.1.1. Procedimento comum ordinário.....	232
7.1.1.1. Fases.....	232
7.1.1.2. Rito.....	237
7.1.1.3. Aplicação das disposições do procedimento comum a outros procedimentos	255
7.1.2. Procedimento sumário.....	262
7.1.3. Juizados Especiais Criminais	266
7.1.3.1. O conceito de infração de menor potencial ofensivo	266
7.1.3.2. Da inaplicabilidade do procedimento.....	269
7.1.3.3. O procedimento sumaríssimo – fase preliminar – conciliação – da composição dos danos civis e da transação penal.....	273
7.1.3.4. O procedimento sumaríssimo	281
7.1.3.5. Da suspensão condicional do processo.....	283
7.1.4. Procedimento para os crimes de tóxicos e entorpecentes	288
7.1.4.1. O procedimento da Lei no 10.409/2002	292
7.1.4.2. O procedimento da Lei no 6.368/76	293
7.1.4.3. A Lei no 11.343/2006 – aspectos principais	293
7.1.5. Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.....	305
7.1.6. Procedimento dos crimes contra a honra.....	309
7.1.7. Procedimento nos processos de competência originária dos tribunais	311
7.1.8. Procedimento no tribunal do júri.....	318
7.1.8.1. Princípios constitucionais.....	318

7.1.8.2.	Sumário de culpa – primeira fase do procedimento escalonado	330
7.1.8.3.	Sumário de culpa – decisões cabíveis	333
7.1.8.4.	Sumário de culpa – considerações finais	348
7.1.8.5.	<i>Judicium causae</i> – segunda fase do procedimento escalonado.....	353
7.1.8.6.	<i>Judicium causae</i> – fase pré-plenária.....	353
7.1.8.7.	<i>Judicium causae</i> – fase plenária	355
7.1.8.8.	Do desaforamento	381

Capítulo 8 – Comunicação dos Atos Processuais385

8.1.	Da Citação	391
8.2.	A Suspensão do Prazo Prescricional e do Processo – art. 366 do CPP	394

Capítulo 9 – Teoria Geral da Prova.....407

9.1.	O Sistema Acusatório no Brasil e o Papel do Juiz na Produção de Provas	407
9.2.	Meios de Prova.....	413
9.3.	Momento de Formação da Prova	414
9.4.	Ônus da Prova	415
9.5.	Princípios da Prova.....	417
9.6.	Sistemas de Avaliação da Prova	418
9.7.	Restrições à Prova.....	419
9.7.1.	Da prova emprestada.....	421
9.7.2.	Teorias sobre admissibilidade da prova	423
9.8.	Cláusulas de Ordem Constitucional	429
9.8.1.	Inviolabilidade do domicílio	429
9.8.2.	Direito ao silêncio.....	433
9.8.3.	Sigilo das comunicações	438
9.8.4.	Sigilo bancário.....	447
9.9.	Os Poderes das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)	450
9.10.	Das Provas em Espécie.....	451
9.10.1.	Das perícias	451
9.10.1.1.	Dos peritos.....	457
9.10.2.	Do interrogatório do acusado	458
9.10.2.1.	Natureza jurídica.....	459
9.10.2.2.	As alterações promovidas pela Lei nº 10.792/2003	459

9.10.2.3. Outras considerações.....	465
9.10.2.4. As alterações promovidas pela Lei nº 11.900/2009 – o interrogatório por videoconferência.....	469
9.10.3. Da confissão	472
9.10.4. Das declarações do ofendido	474
9.10.5. Das testemunhas.....	476
9.10.5.1. Características essenciais.....	483
9.10.5.2. Classificação	484
9.10.5.3. Legitimidade	484
9.10.5.4. Deveres das testemunhas.....	485
9.10.5.5. Advogado e falso testemunho	490
9.10.6. Do reconhecimento de pessoas e coisas.....	492
9.10.7. Da acareação	495
9.10.8. Dos documentos.....	496
9.10.9. Dos indícios.....	497

Capítulo 10 – Das Prisões Cautelares e das Medidas Cautelares

Alternativas à Prisão501

10.1. Da Prisão em Flagrante.....	510
10.1.1. Espécies de prisão em flagrante.....	513
10.1.2. Flagrante em determinadas espécies delitivas.....	518
10.1.3. Auto de prisão em flagrante.....	519
10.1.4. Da prisão no interior do domicílio.....	523
10.1.5. O emprego de algemas	525
10.2. Das Prisões Cautelares.....	526
10.2.1. Prisão preventiva.....	529
10.2.2. Prisão temporária.....	555
10.3. Da Prisão Domiciliar.....	559
10.4. Das Medidas Cautelares Alternativas à Prisão.....	561

Capítulo 11 – Da Liberdade Provisória.....569

11.1. Da Concessão de Liberdade Provisória.....	570
11.2. Da Fiança	587

Capítulo 12 – Sentença.....597

12.1. Princípio da Correlação – Teoria da Congruência – <i>Emendatio e Mutatio Libelli</i>	599
12.2. Parte Dispositiva da Sentença.....	613

Capítulo 13 – Nulidades	625
Capítulo 14 – Recursos	631
14.1. Pressupostos.....	632
14.2. Legitimação.....	633
14.3. Interposição.....	638
14.4. Princípios Gerais dos Recursos.....	641
14.5. Efeitos dos Recursos.....	643
14.6. Prazos dos Recursos.....	645
14.7. Cabimento dos Recursos em Primeira Instância.....	647
14.8. Espécies Recursais.....	648
14.8.1. Dos recursos em primeira instância.....	648
14.8.1.1. Apelação.....	648
14.8.1.2. Recurso em sentido estrito.....	658
14.8.1.3. Agravo em execução.....	664
14.8.1.4. Reclamação (correção parcial).....	665
14.8.1.5. Carta testemunhável.....	666
14.8.1.6. Embargos de declaração.....	666
14.8.2. Dos recursos nos tribunais.....	671
14.8.2.1. Embargos infringentes e de nulidade.....	671
14.8.2.2. Recurso ordinário constitucional.....	674
14.8.2.3. Recursos extraordinário e especial.....	676
14.9. Questões Especiais.....	687
14.9.1. <i>Reformatio in pejus</i>	687
14.9.2. A apelação no júri.....	696
Capítulo 15 – Do Habeas Corpus	701
15.1. Dos Sujeitos Processuais.....	705
15.2. Da Competência.....	708
15.3. Do Procedimento.....	710
Bibliografia	713
Índice Remissivo	717